



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião



PARECER JURÍDICO

PREGÃO PRESENCIAL REG. DE PREÇO 06/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO 06/2021

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL – OLEO DIESEL COMUM E BS10.

Encaminhado ao setor jurídico o processo licitatório acima identificado, com a solicitação de emissão de Parecer Jurídico, conforme dispõe o parágrafo único, do artigo 3.º da Lei n.º Lei 8.666/93.

O Processo foi deflagrado a partir de solicitação expressa apresentada pelos Secretários Municipais.

Ao processo foi anexado documento consistente em fonte de recursos para a aquisição dos produtos.

Estão anexados os parâmetros de preços fornecidos por empresas do ramo.

A modalidade de licitação proposta é o Pregão Presencial para registro de preços, regida pela Lei nº 10.520, de 17 de agosto de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98) e o tipo é o menor preço.

O "caput" do artigo 1.º da Lei n.º 10.520/02, possibilita a adoção da modalidade licitatória Pregão Presencial para a aquisição de bens e contratação de serviços comuns, devendo os mesmos serem objetivamente definidos em Edital.

O Edital cumpre adequadamente a exigência, eis que esclarece o objeto como sendo a aquisição de combustível OLEO DIESEL COMUM e B S10..

O Sistema de Registro de Preços está originalmente previsto no artigo 15 da Lei 8.666/93, que assim dispõe:

"Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

(...)

II- ser processadas através de sistema de registro de preços;

(...)



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião



§ 3º O sistema de registro de preços será regulamentado por decreto, atendidas as peculiaridades regionais, observadas as seguintes condições: (...)

§ 4º A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições".

O sistema de registro de preço emerge como procedimento especial, vinculado e integrante do procedimento licitatório, com o propósito de otimizar a finalidade da licitação na obtenção de proposta mais vantajosa, sempre que não for possível definir, na conclusão do certame, as quantidades contratuais a serem executadas.

O Registro de Preço tem cabimento para evitar que a Administração celebre um contrato cujas quantidades, por imprevisão natural, possam não ser necessárias, ou também para que a Administração possa realizar um certame público antes de eventuais necessidades futuras e emergenciais, evitando assim as famigeradas contratações diretas ou fracionadas cartas convites.

No caso, o Termo de Referência estima as quantidades de combustíveis a serem adquiridos, mas não a efetiva quantidade que será consumida, haja vista que que depende da demanda apresentada no decorrer da validade da ata de registro de preços, portanto, vislumbram-se situações que possam resultar em alterações, o que justifica o registro de preços.

No caso, o Edital, anexos e a minuta de Contrato que compõem o processo atendem à legislação pertinente, assim, o parecer é favorável ao prosseguimento da licitação.

Em face ao exposto, o Parecer é pelo prosseguimento da contratação pela licitação em análise.

S. M. J.

PORTO ESPERIDIÃO-MT, 24 DE FEVEREIRO DE 2021

Jose de Barros Neto
Jose de Barros Neto

Jose de Barros Neto
OAB-MT 8841-B
Credenciado - OAB-MT 8841-B

Portaria n.º 58/12

VISTO
Nº 23